



Bloco de Esquerda

JUSTO

SOLIDÁRIO

INSUBMISSO

II BOLETIM

CONFERÊNCIA NACIONAL

30 abril | Lisboa

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

REGIMENTO

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

REGIMENTO

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

LISBOA, 30 DE ABRIL DE 2022

CONVOCAÇÃO E OBJETIVOS

1. A IV Conferência Nacional do Bloco de Esquerda (Conferência) convocada pela Mesa Nacional na sua reunião de 5 de fevereiro de 2022, nos termos previstos no art.º 18.º dos Estatutos, tem lugar no dia 30 de abril, no distrito de Lisboa, sob responsabilidade organizativa da Comissão Política e sob o lema “Bloco de Esquerda: Justo, Solidário, Insubmisso”
2. A Conferência reúne-se com o objetivo de debater e aprovar recomendações à Mesa Nacional sobre o rumo estratégico do Bloco de Esquerda.

FASE PREPARATÓRIA

3. Para debate dos temas da Conferência, os órgãos do Bloco e as/os aderentes podem apresentar propostas globais alternativas aos textos aprovados na Comissão Política, propostas de alteração ou contributos escritos.
4. Todas as propostas e contributos serão publicados nos Boletins da Conferência de 22 de março e 21 de abril e distribuídos aos aderentes do Bloco de Esquerda por via eletrónica, em formato pdf.
5. As propostas de alteração ao documento da Comissão Política e as propostas globais alternativas serão publicadas no último Boletim da Conferência.
6. Cada aderente poderá enviar um contributo escrito para publicação no Boletim da Conferência, até ao limite de 4 mil caracteres. Os textos devem ser enviados em formato editável até ao dia 21 de março para o email conferencia@bloco.org. As propostas de alteração ou globais alternativas devem ser remetidas para o mesmo endereço de correio eletrónico até ao dia 19 de abril.

COMPOSIÇÃO

7. A Conferência é constituída pelo universo de aderentes no pleno exercício dos seus direitos estatutários, considerando-se para esse efeito a regularização da quota anual de 2022 e o cumprimento da alínea b) do artigo 4º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, devidamente credenciados como conferencistas na respetiva mesa de registo de presenças no local da Conferência.

8. A credenciação envolve o pagamento de uma jóia de 5 euros. Não há lugar ao pagamento de jóia no caso das/os aderentes estudantes, desempregadas/os, precárias/os, reformadas/os ou isentos do pagamento anual de quota.

9. Para além das/os conferencistas, podem assistir aos trabalhos as cidadãs e os cidadãos convidados pelos órgãos do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

10. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela Comissão Política.

11. Compete à Mesa da Conferência decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

12. A Conferência inicia-se com a credenciação das/os conferencistas, a partir das 9h00 de sábado, e a eleição da Mesa da Conferência.

13. Os trabalhos da Conferência são dirigidos pela Mesa, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove conferencistas. Compete-lhe, em particular:

a) assegurar o cumprimento dos objetivos da Conferência no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento;

b) dirigir os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos indicada pela Comissão Política;

c) definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e o uso da palavra;

d) anunciar as votações e os seus resultados e apreciar eventuais impugnações;

e) elaborar a ata da Conferência.

SERVIÇO DE APOIO

17. O Secretariado Nacional assegura os meios necessários ao serviço de apoio e aos contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Conferência.

PROPOSTAS E DEBATES

18. Para serem debatidas e votadas na Conferência, as propostas globais alternativas e as propostas de alteração têm de ser subscritas por 30 e por 5 conferencistas, respetivamente, e entregues na Mesa até às 12h00.

19. Cada proposta global alternativa será apresentada por um/a conferencista.

20. As/os conferencistas podem tomar a palavra no debate, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

21. As/os conferencistas dirigem-se à Mesa por escrito para:

a) Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que serão votados pela Conferência;

b) Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, cuja admissibilidade é decidida pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Conferência;

c) Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Conferência.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de conferencista.

24. As votações das propostas globais e de alteração decorrem no final do ponto de discussão política sobre o rumo estratégico do Bloco de Esquerda.

25. As propostas globais são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração ao texto que obteve maioria de votos na generalidade.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Início dos trabalhos e eleição da Mesa da Conferência (10h30);**
- 2. Sessão abertura da Conferência (10h45);**
- 3. Discussão sobre o Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda (11h15m);**
- 4. Intervalo para almoço (13h00 - 14h00)**
- 5. Recomeço da discussão sobre o Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda (14h00)**
- 6. Votações (17h30).**
- 7. Sessão de encerramento (18h00).**

PROPOSTAS

Para serem debatidas e votadas na Conferência, as propostas globais alternativas têm de ser subscritas por 30 conferencistas e entregues na Mesa até às 12h00. Cada proposta global alternativa será apresentada por um/a conferencista.

PROPOSTA GLOBAL DA COMISSÃO POLÍTICA

(as propostas de alteração integradas estão assinaladas a **bold** no corpo do texto)

DEFENDER O POVO EM TEMPO DE GUERRA E DE INFLAÇÃO

1. **Contra todos os imperialismos, em solidariedade com a Ucrânia**

A invasão da Ucrânia pela Rússia é um ato de guerra criminoso, que além das consequências diretas na vida de milhões de pessoas, destrói a infraestrutura de um país e abre uma crise humanitária que ultrapassa as fronteiras dos Estados em confronto.

A negação pelo governo russo do direito do povo da Ucrânia à autodeterminação é repugnante e não tem qualquer justificação legítima ou atenuante. Putin repete na Ucrânia, em grande escala, a receita chechena que levou ao desastre de Grozni. Perante a invasão, é devido apoio à autodefesa ucraniana e a quem a denuncia a partir da própria Rússia.

Uma política de sanções económicas eficazes - que não castigue ainda mais o povo russo mas antes identifique e confisque os bens da oligarquia que sustenta o poder de Putin - implica medidas de transparência e desmantelamento do sistema internacional de ocultação de riqueza, a começar pelos paraísos fiscais. É significativo que, mesmo na presente conjuntura, os governos europeus recusem diminuir a proteção de que goza o branqueamento de capitais e a fuga fiscal das elites económicas.

2. **Sob pressão para uma nova Guerra Fria**

É urgente a realização de uma Conferência de paz, sob a égide das Nações Unidas, para cuja mediação a União Europeia deve estar disponível, com vista a assegurar a autodeterminação da Ucrânia, a segurança duradoura para os povos da região e o desmantelamento de todos os

arsenais nucleares existentes. Isso inclui terminar a expansão da NATO no Leste europeu, uma promessa feita no momento da queda da URSS e traída sucessivamente ao longo dos últimos vinte anos. Mesmo os partidários de tal expansão rejeitam hoje uma intervenção direta na Ucrânia, que provocaria uma escalada em direção a uma guerra nuclear.

O renascimento da NATO, declarada em “morte cerebral” por Macron depois da derrota no Afeganistão, é o anúncio de uma nova Guerra Fria que submete, sem matizes, a União Europeia. O cadastro de agressões perpetradas pela NATO, em que **releva o bombardeamento da Jugoslávia na viragem do século, demonstra que é uma organização ofensiva e imperial mesmo que lhe queiram acrescentar um “exército europeu”.** A necessária cooperação europeia de defesa deve ter em conta a soberania de cada país e o respeito pela Carta das Nações Unidas.

É importante registar que as habituais pressões da NATO para um aumento da despesa armamentista são hoje correspondidas num plano de relançamento económico assente em grande medida em investimentos massivos nas indústrias de guerra, como já se vê em Inglaterra e na Alemanha. Para os países do euro, a corrida ao armamento contará sempre com a benevolência na aplicação dos Tratados.

3. O pesadelo da “estagnação” e a resposta errada da Europa liberal

Dez anos depois da política destrutiva da “troika” na sequência da crise financeira de 2007/2008, a União Europeia prometeu uma abordagem diferente na crise pandémica. Suspendeu o Tratado Orçamental e abriu a possibilidade de mutualização de parte da nova dívida dos programas de recuperação, mas não abdicou da imposição liberal de contração da despesa e investimento públicos. Sem a revogação do Tratado Orçamental e a reestruturação da dívida dos países da periferia do euro, o estrangulamento permanecerá e as assimetrias entre Estados aumentarão.

O Bloco de Esquerda defende a cooperação democrática entre Estados europeus, no avesso do autoritarismo federalista. A experiência mostrou que, onde os Estados abdicaram da sua soberania, as promessas europeias de democratização ficaram por cumprir. Só uma Europa construída sobre relações económicas equilibradas entre países e que recupere os seus Estados sociais, responderá pela segurança e pela liberdade.

Décadas de consenso liberal na União Europeia resultaram em crise social prolongada, crescimento das desigualdades e menos liberdade. Dele se alimenta a extrema-direita ascendente, que sustenta as derivas antidemocráticas na Hungria ou na Polónia e a deslocação do sistema político em direção à direita, como demonstra, em particular, uma política hedionda, da qual resultaram milhares de mortos no Mar Mediterrâneo.

Na luta contra a Europa fortaleza e pela alteração das políticas de imigração e asilo, deve ser analisado com prudência o importante precedente aberto em resposta à vaga de refugiados de guerra ucranianos. Neste caso, os países europeus estão a assumir uma obrigação a que têm fugido e a abrir uma porta que se mantém trancada para muitos milhares de fugitivos de guerra. Enquanto isso, países como Portugal prosseguem a exportação de armamento para regimes que, nesses outros conflitos, cometem atrocidades. Uma pessoa refugiada é alguém que tem direito a proteção, quaisquer que sejam as suas qualificações profissionais, a cor da sua pele ou a guerra de que foge. Deve terminar o vergonhoso acordo com a Turquia autoritária na “gestão da crise” do Mediterrâneo através da contenção de migrantes em campos de concentração.

Face à atual conjuntura de guerra - tal como já sucedera em menor grau durante a pandemia e no período de retoma após confinamento -, a Europa é colocada perante a urgência de reduzir a sua dependência energética e alimentar. A dimensão da resposta pública e a viragem de política que seria necessária para uma aceleração da transição para as renováveis, bem como para a recuperação da autonomia dos países europeus em termos agrícolas, não parece ocupar o centro das preocupações dos governos europeus.

A atual crise energética pode estar ainda só no seu início. Ela sublinha de novo a caducidade do capitalismo fóssil, dependente de abastecimentos de longa distância e vulnerável às estratégias especulativas dos produtores. A transição energética é um imperativo de sobrevivência face às alterações climáticas **e de independência do aprovisionamento energético**. Seja face à necessidade de concentrar recursos nesse esforço, seja para salvaguardar critérios de segurança e soberania energética, impõe-se a recuperação do controlo público do setor energético português, hoje detido pelo Estado chinês. **À crise energética junta-se a crise alimentar desencadeada pela penúria de cereais provenientes da Ucrânia e da Rússia que já está a afetar gravemente o Magrebe e se está a estender ao resto do mundo. Também neste domínio a transição ecológica é um imperativo, favorecendo o circuito curto, os pequenos produtores, a agricultura biológica e a independência dos grandes grupos do setor agrícola e alimentar.**

4. Da geringonça à oposição, sem arrependimentos

O Bloco assumiu os riscos eleitorais do chumbo do Orçamento e da bipolarização. Aceitar a chantagem do PS teria sido, para o Bloco, abdicar de representar uma alternativa socialista em Portugal. A alternativa existe e, tal como afirmado na XII Convenção, o Bloco não desiste de um espaço político amplo à esquerda que se mobilize pelo Pão e pelo Clima, e agora, com nova urgência, pela Paz. Essa disputa faz-se hoje na oposição ao governo de maioria absoluta do PS.

Os acordos estabelecidos com o PS em 2015 permitiram impor a recuperação de condições de vida e de luta. O PS quis dar por terminada essa fase quando, após as eleições de 2019, rejeitou qualquer alteração estrutural nas leis laborais ou no investimento público que abrisse novos horizontes de recuperação salarial e qualificação do Estado social. Durante a legislatura 2019-2022, enquanto impunha a restrição de despesas essenciais e o congelamento da legislação laboral, o PS manteve uma estratégia de provocação e ensaio de crise política.

A pandemia expôs e agravou os problemas estruturais, mas, apesar do alívio temporário dos constrangimentos dos tratados, Portugal continuou a ser dos países europeus que menos investiu na resposta à crise e que mais rigidez manteve nas restrições orçamentais. Apesar dessa irresponsabilidade do governo, a população e os profissionais da Saúde responderam à crise pandémica com grande civilidade e sentido de missão (adesão popular à vacinação, milhões de horas extra não pagas). Mas o desgaste do SNS está à vista, por falta de investimento e de estímulos que atraíam os profissionais em falta. A escassez na resposta a doenças não-covid leva ao aumento da procura de serviços privados de saúde, instalando um processo de privatização por substituição.

O Bloco de Esquerda teve portanto razões substanciais - e era esse o seu mandato político -, para não viabilizar Orçamentos do Estado que refletiam a recusa do PS de verdadeira negociação à esquerda. Ao colocar a continuidade da legislatura dependente da aprovação do Orçamento para 2022, o Presidente da República abriu caminho à antecipação das eleições em cenário de crise política, tal como desejado pelo PS.

A chantagem da “governabilidade” impôs-se como tema único da campanha eleitoral, marginalizando o debate democrático acerca das prioridades de governo. Uma parte do eleitorado conquistado pelo Bloco de Esquerda nas legislativas de 2015 e 2019 deslocou-se para o centro e engrossou a maioria absoluta do PS. Desses eleitores, uma parte terá responsabilizado o Bloco pela queda do governo e considerado insuficientes as nossas motivações; mas outra parte, mesmo sem absolver o PS pelo fim da geringonça e pela crise política artificial, terá cedido à pressão criada pelas sondagens que anunciavam uma iminente maioria de direita e extrema-direita.

A experiência destas eleições legislativas confirma um perigo permanente: o da redução do espaço público ao ciclo vicioso do ressentimento social e do medo político: ressentimento pela falta de respostas consistentes ao quadro de crise, precariedade, aumento do custo de vida e degradação dos serviços públicos, **no território nacional e na emigração**, e medo do crescimento da direita radicalizada, ultra-liberal ou racista. Estas dinâmicas alimentam-se mutuamente, favorecendo, respetivamente, o crescimento do CH e o poder absoluto do PS, que não carece de boa governação para se apresentar como fator de contenção do fascismo. A experiência histórica demonstra que, sem efetivo projeto para o país, este ciclo só é virtuoso para a extrema-direita. Face a esse perigo, é in-

dispensável uma oposição de esquerda capaz de formular proposta, mobilizar por justiça **social** e travar lutas maioritárias que imponham ganhos exemplares.

A potência das mobilizações feministas no 8 de março deve inspirar esse caminho. A luta é contra o **egoísmo político e económico ultraliberal**, destrutivo da democracia e do planeta, e pela afirmação do orgulho antifascista.

5. As opções da maioria absoluta, a começar na resposta ao aumento do custo de vida

No pós-pandemia, as lutas sociais disputam os caminhos da recuperação do país, seja nas lutas pelo salário, **pela habitação** e pelos serviços públicos, **no território nacional e na emigração**, seja na causa climática. A expressão de maiorias em movimentos exige diálogo e capacidade unitária. O contexto de guerra na Europa e aumento abrupto do custo de vida convocam esta agenda para a exigência de medidas de emergência que protejam as populações e abram caminho para mudanças de fundo.

Medidas de emergência de resposta ao aumento do custo de vida

- Aumento imediato do salário mínimo para 800 euros;
- Atualização geral dos salários **e das pensões** à taxa de inflação;
- Controlo de preços, com limitação das margens da grande distribuição alimentar e de combustíveis;
- Tributação dos lucros extraordinários do setor energético;
- Congelamento das rendas.
- **Reforço dos apoios sociais.**

A maioria absoluta do PS é uma garantia para o poder económico, que a celebrou. A estrutura da legislação laboral ficará intocada, agravando-se a precariedade e a substituição de trabalhadores com contrato coletivo de trabalho por novas gerações contratadas a baixo salário e sem horizonte de carreira. Prosseguirá também a entrega de funções do Estado social aos privados, a começar pela Saúde e prosseguindo na Educação.

A escola pública vive uma crise existencial que é o fruto direto das opções do Partido Socialista no governo. Ao longo dos últimos anos, só a pressão do Bloco impôs a vinculação adicional de professores contratados, ainda assim em número muito insuficiente, optando o PS por deixar degradar-se a qualidade do ensino, com graves atrasos na colocação de

professores, muitos deles sem formação pedagógica, e turmas com excesso de alunos. As previsões dos diretores das escolas são de que em 2022/23, grande parte dos alunos passará parte do ano sem professores a todas as disciplinas. De acordo com o Pordata, a falta de professores atingirá no próximo ano letivo cerca de cem mil alunos e, dentro de três anos, metade dos alunos do 7º ao 12º. A dinâmica que se instala assemelha-se à que está em pleno curso no SNS: empurrar as classes médias para a opção pelo privado, seja sob a forma de complemento (explicações) seja como alternativa de ensino (colégios). Tal como nas carreiras da Saúde, sem a alteração de condições e remuneração, a procura de formação para docência continuará a cair. A defesa dos serviços públicos é uma batalha central da oposição de esquerda à maioria absoluta.

O PS apresenta os fundos do PRR como solução para o país, mas estes não garantem uma política de esquerda. O investimento, mesmo em setores estratégicos e serviços públicos, é canalizado para formas de contratualização e concessão a privados (sejam empresas ou o chamado “setor social”), mantendo-se os condicionalismos liberais de compressão do Estado e ausência de mecanismos de proteção do emprego e valorização dos salários **e das pensões**.

6. Responder às dificuldades a partir da iniciativa política

O resultado eleitoral impõe uma redução significativa da subvenção pública da organização. Uma estrutura menor exigirá mais agilidade e maior responsabilização militante. O Bloco deve reforçar-se com novos mecanismos de autofinanciamento e campanhas para novas adesões. As alterações na organização devem garantir uma atividade partidária e social de alta intensidade e preparar o próximo ciclo eleitoral: eleições regionais em 2023 (Madeira) e 2024 (Açores), eleições europeias em 2024 e eleições autárquicas em 2025. **Para a melhor compreensão e sucesso destes objetivos, o Bloco promoverá, no âmbito distrital e regional, novas assembleias e debates que envolvam o maior número possível de aderentes sobre esses aspetos.**

O Bloco de Esquerda afirma a alternativa na oposição à maioria absoluta do PS. As suas iniciativas que serão também choques frontais com a direita radicalizada:

1. Campanha unitária em defesa do SNS contra a privatização da saúde. Essa campanha partirá da iniciativa de comissões distritais de profissionais de saúde e utentes do SNS, que farão a denúncia permanente dos efeitos da política de desinvestimento e substituição por privados. Em paralelo, o Bloco lança uma revista online destinada aos profissionais de saúde e promove encontros setoriais do partido nesta área.

2. Roteiro Climático, a começar ainda no primeiro semestre. Todos os fins de semana, até ao final do ano, teremos iniciativas de rua em diferentes pontos do país, procurando popularizar uma resposta ecossocialista à crise energética. Este roteiro contribuirá para desenvolver expressões locais desta agenda política e de luta pelo controlo público da energia e por uma nova mobilidade, assente no transporte público.
3. O Bloco centrará a sua intervenção **na valorização do trabalho e da contratação coletiva, no combate ao *outsourcing* e às formas de uberização do emprego, na igualização de direitos entre trabalhadores, na defesa das 35 horas de trabalho, tanto no privado como no público, no combate à generalização da laboração contínua e pela implementação de proteção dos trabalhadores por turnos, no combate às desigualdades de género e no reforço do papel da ACT.** Criaremos formas permanentes de articulação em setores onde temos maior presença. **Nesse sentido, promover-se-ão debates distritais e locais que estimulem o ativismo laboral.**
4. Com a evolução do cenário pandémico, o Bloco de Esquerda voltará a ter eventos presenciais de âmbito nacional que mobilizem os aderentes, como o Liberdade (acampamento de verão dos jovens) e o Socialismo 2022 (fórum de ideias e debate que marca a rentrée do Bloco no final do mês de agosto).

As mobilizações crescentes em torno do 8 de março feminista, o alargamento a todo o país das marchas do orgulho LGBTI+, a nova visibilidade da luta pelos direitos e vida independente das pessoas com deficiência, **bem como do Serviço Nacional de Cuidados**, a permanência do ativismo antirracista, o largo consenso em torno da necessidade da despenalização da morte medicamente assistida e da **legalização do uso pessoal de canábis, acompanhada do necessário aprofundamento da política de drogas**, criam condições para avanços da agenda pelos direitos. O Bloco está comprometido com estes movimentos e esta exigência.

A par desta agenda, serão realizados o Encontro do Interior, o Encontro LGBTQI+ e as Jornadas Autárquicas. As organizações do Bloco promoverão ciclos de formação política, para os quais será disponibilizado um conjunto de apresentações temáticas (história do Bloco; o que é o ecossocialismo?; feminismos, luta contra o patriarcado e organização de cuidados; o liberalismo não funciona; como enfrentar a extrema-direita; o que é a União Europeia), além de iniciativas no âmbito da comemoração dos 50 anos da revolução dos cravos.

O Bloco estará presente nas mobilizações pela paz que decorrerão por ocasião da cimeira da NATO, em Madrid, a 29 e 30 de junho.

PROPOSTA GLOBAL ALTERNATIVA

APRESENTADA POR

Alexandre Cunha 9201, Alexandre Frias Pinto 15001, Amaro Correia 11909, Ana Gomes Branco 9901, Carlos Carujo 101, Carlos Cerqueira 501, Carlos Luna 1281, João Patrocínio 13408, João Pereira 9936, José Guerra 1032, José Manuel Dias 7667, Luís Santos 8954, Paulo Pica 14854, Samuel Cardoso 9828, Ludovico Alves 16070, Ana Martins 6425, Maria José Samora 502.

1- A esquerda precisa de um debate estratégico profundo

1.1- O que não é um debate estratégico

A maior derrota eleitoral que o Bloco de Esquerda já conheceu na sua história não se resolve com mais do mesmo. A Comissão Política do Bloco apresenta-nos para discussão a esta conferência um texto que é tudo menos um “rumo estratégico”. Nele, não se propõe alterar nada de significativo nem se faz um balanço crítico do que tem sido feito. Trata-se de uma auto-justificação do tipo “a direção tem sempre razão e a culpa foi da situação difícil”. Precisamos de muito mais do que isso neste momento.

1.2- O rumo estratégico que precisamos

Há várias razões conjunturais para este falhanço: incapacidade de explicar as razões concretas que levaram ao chumbo do orçamento (e a diferença essencial deste relativamente a orçamentos anteriores que foram aprovados), polarização, medo da extrema-direita, entre outras. Mas não nos devem fazer perder de vista que o que está em crise no Bloco é precisamente uma perspetiva estratégica que fez com que o partido passasse a ser visto por muita gente apenas como um melhorador de orçamentos e não como uma alternativa de sociedade.

O rumo do Bloco não deve ser a prisão na memória do geringoncismo, que reduz o horizonte do partido a “ganhar força” para melhor conseguir impor medidas que o PS possa e queira implementar no quadro das limitações do social-liberalismo. O Bloco só tem futuro se afirmar a autonomia da sua política emancipatória, se conseguir provar que o socialismo é a alternativa ao centrão dos interesses, aos donos do Portugal, aos capitalistas nacionais e internacionais que continuam a dominar o país.

2- A esquerda precisa de um debate organizativo

2.1- O conservadorismo organizativo

O Bloco de Esquerda nasceu enquanto promessa de mobilização e de unidade de um espaço à esquerda dos partidos instituídos. É também dessa altura a promessa não concretizada de um “partido-movimento”. Ao longo dos tempos, institucionalizou-se e fez dos palcos mediáticos a sua aposta central. Nesta forma de fazer política, a construção de decisões a partir da base parece ser vista como um luxo face à necessidade de responder a cada momento à espuma dos dias. Organizativamente, parece mais fácil seguir os modelos de sempre – é mais cómodo concentrar as decisões em poucas mãos, mais eficaz negociar entre tendências sem sequer partilhar o que se passa nessas discussões. Só que é preciso fazer diferente. Uma democracia de alta intensidade é uma tarefa complexa, cheia de obstáculos e sempre inacabada. Mas a pior das respostas que podemos dar é a de que já somos suficientemente democráticos e nada mais precisa de ser feito.

2.2- Começar de novo, democratizar sempre. Em permanência.

O debate sobre como aprofundar a democracia interna não se resolverá aqui e agora, nem sequer se esgotará numa próxima convenção. Deveremos empreender um processo participativo de fundo, de cima para baixo, que comece neste momento e que procure renovar a militância como a centralidade do Bloco. Devemos abrir esse debate através de processos de auscultação à sociedade e aos movimentos sociais. Os movimentos sociais não servem para serem dirigidos pela agenda partidária, nem para serem usados como viveiros de protagonistas políticos. É no diálogo modesto e honesto com eles que construímos sinergias e propostas, que nos enriquecemos e que contribuímos para as causas que nos são fundamentais.

Devemos instituir no Bloco a cultura do debate político permanente, sem sectarismos nem ostracizações, aberto, fraterno e frontal. Por exemplo, o boletim interno de debate proposto pela direção do Bloco há cerca de vinte anos e nunca concretizado poderia ser um dos instrumentos fundamentais para construir participação permanente a todos os níveis do partido.

3- A esquerda precisa de priorizar a luta pela hegemonia

Definindo-se estatutariamente como anti-capitalista, afirmando-se como alternativa de sociedade e lutando contra a extrema-direita, o ultra-conservadorismo e o liberalismo radical que têm crescido como falsos “anti-sistema”, o Bloco de Esquerda sabe que é nas empresas, nos bairros, nas ruas, nos sindicatos, nos movimentos sociais que deve centrar a nossa atividade na procura de respostas unitárias e abrangentes.

A ofensiva conservadora torna ainda mais urgente unir as lutas de base LGBTQ+, feminista, anti-racista, pelo bem-estar animal, entre outras, com a disputa de ideias. Quer as que nascem nas franjas da sociedade, que se alimentam de notícias falsas, de teorias da conspiração e das manipulações do ódio, mas que ganham um espaço cada vez mais importante no mainstream, quer as que já fazem parte estruturalmente das mundivisões dominantes.

Tornar a disputa hegemónica prioritária é também fazer com que o partido-movimento seja uma escola de formação política interna a todo o momento e que dê à militância as armas políticas indispensáveis para compreender e aprofundar os nossos combates.

Para desenvolver os instrumentos que permitam disputar a hegemonia na sociedade é preciso investir forças e não secundarizar a formação, o debate estratégico, a divulgação de formas alternativas de pensar, sentir e fazer face a disputas imediatistas. É preciso passar ao ataque. O que implica disputar a definição dos termos dos debates, não se deixando subjugar pelos meios de comunicação social dominantes nem pelos instrumentos de consolidação da hegemonia pró-capitalista.

4- Os desafios atuais: os mínimos não servem minimamente

Guerra imperialista, crise ecológica, económica e energética e um quadro político-institucional em que o PS tem maioria absoluta, a esquerda está enfraquecida e as direitas radicais mais fortes são tudo menos boas notícias, como é evidente.

A invasão da Ucrânia ordenada por Putin deve ser condenada inequivocamente. O nosso lado é o do povo ucraniano e russo que sofrem com o conflito e os nossos aliados são aqueles que na Rússia lutam contra o regime e contra a guerra em nome dos direitos dos trabalhadores e aqueles que à esquerda resistem na Ucrânia. Paz, democracia e auto-determinação dos povos são princípios que continuam a ser pilares da esquerda.

A guerra encontrou uma esquerda internacional dividida. Ao contrário de noutros momentos, esta não teve capacidade de lhe responder com um vasto movimento anti-guerra, anti-militarista, anti-imperialista e anti-Nato. Um dos desafios deste quadro político é a reconstrução do internacionalismo como essencial. O Bloco de Esquerda, uma das forças políticas mais estáveis na esquerda europeia, deve assumir o protagonismo e a responsabilidade que lhe é devida.

A crise ecológica está aí e o ecossocialismo não pode ser apenas uma bonita palavra de ordem para enfeitar textos. O ecossocialismo são políticas concretas. E estas são de rutura imediata e urgente com o sistema capitalista que é o responsável por esta degradação. É um plano de transição concreto para hoje. Não podemos dizer só que não se negocia com o clima. Temos de assumir todas as consequências dessa ideia porque não podemos ser cúmplices do desastre ambiental que vivemos.

A crise económica que é simultaneamente a precarização das vidas, desde as condições laborais às de habitação, a estagnação que já conhecíamos e o aprofundamento trazido primeiro pela pandemia e depois pela guerra, nomeadamente com o aumento do custo de vida, impõem-nos também respostas que vão mais longe. O Bloco de Esquerda deve empreender um combate implacável na rua e no parlamento contra todas as medidas que de mansinho se tentem introduzir sob o manto da “inevitabilidade”, tendo em vista a redução dos direitos dos trabalhadores, desempregados, estudantes, reformados.

O Bloco de Esquerda deve ainda propor como eixos centrais da sua política a nacionalização de todos os setores estratégicos da economia, a construção de uma soberania alimentar e energética assente no poder popular, o combate à ditadura da austeridade no quadro da União Europeia e o debate sobre um plano estratégico de transformação das relações e das formas de produção.

5- A partir daqui

Podemos considerar que esta Conferência do Bloco de Esquerda encerra o processo de debate, que voltamos ao business as usual, que nos voltamos a encontrar na próxima Convenção. Mas nem estamos numa situação em que possamos pensar que tudo pode continuar como no anterior quadro político nem o debate deve ser travado aqui. Não entendemos esta Conferência como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida de um debate de alta intensidade, sem medo, sem teias, que nos deve levar a vários debates descentralizados e a uma nova Convenção.

PROPOSTA GLOBAL ALTERNATIVA

APRESENTADA POR

Acácio Pinheiro (Lisboa/Lisboa), Adelino Granja (Alcobaça/Leiria), Adriano Zilhão (Lisboa/Lisboa), Alberto de Sousa e Silva (Vila Nova de Gaia/Porto), Alexandre Café (Vila Franca de Xira/Lisboa), Alexandre Carneiro (Braga/Braga), Ana D' Espiney (Lisboa/Lisboa), Ana Penas (Alcácer do Sal/Setúbal), Ana Sartóris (Almada/Setúbal), Ana Sofia Cortes (Lisboa/Lisboa), Ana Sofia Ligeiro (Torres Novas/Santarém), António Abreu (Peniche/Leiria), António Delgado (Alcobaça/Leiria), António Joaquim Soares da Luz (Porto/Porto), António, Manuel Bidarra Fernandes (Odivelas/Lisboa), António Ricardo (Ponte de Sor/Portalegre), Bento Correia (Sintra/Lisboa), Bruno Candeias (Santiago do Cacém/Setúbal), Bruno Miguel Parada Gonçalves (Porto), Carlos Marecos (Santarém/Santarém), Carlos Marques (Lisboa/Lisboa), Carlos Matias (Entroncamento/Santarém), Carlos Patrão (Vila Franca de Xira/Lisboa), Conceição Anjos (Santarém/Santarém), Diogo Miguel Pinto Borges (Porto/Porto), Domicilia Costa (Vila Nova de Gaia/Porto), Elisa Antunes (Amarante/Porto), Esmeralda Correia Mateus (Porto/Porto), Fernando Bessa Ribeiro (Braga/Braga), Fernando Castro (Matosinhos/Porto), Francisco Amorim (Maia/Porto), Francisco Tomás (Seixal/Setúbal), Gabriela Mota Vieira (São Miguel/Açores), Higinio Maroto (Elvas/Portalegre), Irene Conceição (Setúbal/Setúbal), João Conceição (Setúbal/Setúbal), João Luís (Lisboa/Lisboa), João Madeira (Santiago do Cacém/Setúbal), João Manuel Campos Marques (Odivelas/Lisboa), João Oliveira (Vieira do Minho/Braga), João Paulo Pinto Carvalho (Amarante/Porto), Jorge Nicolau Sousa Lourenço (Porto/Porto), Jorge Santana (Santiago do Cacém/Setúbal), Jorgete Teixeira (Barreiro/Setúbal), José Bastos (Lisboa/Lisboa), José Carlos Lopes (Ovar/Aveiro), José Carlos Soares (Campo Maior/Portalegre), José Manuel do Carmo (Tavira/Faro), José Santana Henriques (Sintra/Lisboa), Leandro Pires (Porto/Porto), Liberato Almeida (Ovar/Aveiro), Luís Gabriel Pereira (Salvaterra de Magos/Santarém), Luís Gomes (Salvaterra de Magos/Santarém), Luís Mougá Lopes (Viseu/Viseu), Luís Pereira (Alcácer do Sal/Setúbal), Manuel Canelas (Alcobaça/Leiria), Manuel Carlos Silva (Braga/Braga), Manuela Fonseca (Salvaterra de Magos/Santarém), Manuela Tavares (Almada/Setúbal), Maria da Luz Alves Leonor (Porto/Porto), Maria da Luz Lopes (Tomar/Santarém), Maria José Magalhães (Porto/Porto), Marina do Carmo (Lisboa/Lisboa), Mário Fonseca (Salvaterra de Magos/Santarém), Mário Oliveira (São Pedro dos Sul/Viseu), Mário Tomé (Lisboa/Lisboa), Miguel Cabral (Lisboa/Lisboa), Paula Bastos (Porto), Paulo Cardoso (Lisboa/Lisboa), Paulo Gonçalves (Odivelas/Lisboa), Paulo Ricardo (Porto), Pedro Soares (Lisboa/Lisboa), Ricardo Barata (Santiago do Cacém/Setúbal), Roberto Tavares (Lisboa/Lisboa), Rogério Ferreira (Loulé/Faro), Rogério Pinto (Alcobaça/Leiria), Rosário Vaz (Barreiro/Setúbal), Rui Cortes (Vila Real/Vila Real), Rui Sá (Viseu/Viseu), Sílvia Carreira (Lisboa/Lisboa), Teresa Valério (Lisboa), Victor Santos (Santiago do Cacém/Setúbal), Victor Aires Crespo, Vítor Barros (Vila Nova de Gaia/Porto) e Vítor Tojeira (Leiria/Leiria)

UNIR O BLOCO PARA MUDAR DE RUMO E RECOMEÇAR DE NOVO

O quadro político nacional e internacional mudou drasticamente

1. Nada ficará como antes depois da brutal invasão da Ucrânia pela Federação Russa. Após a crise financeira de 2008 e da crise que dura há mais de dois anos provocada pela pandemia da Covid-19, com graves consequências sociais, económicas e sanitárias, o mundo virou todas as atenções para a guerra desencadeada pela Federação Russa em território europeu. Na Ucrânia foram envolvidos meios humanos e militares nunca vistos desde a Segunda Guerra Mundial, milhares de mortos russos e ucranianos, um país destruído e um povo mortificado, uma vaga de milhões de refugiados, uma intolerável ameaça de guerra e de desastre nuclear, uma previsível crise económica que voltará a massacrar socialmente os mais explorados, tremendos impactes dos bombardeamentos de unidades industriais, como refinarias, na poluição das águas superficiais e subterrâneas, incêndios que libertam massivamente substâncias altamente poluentes e devastam ecossistemas e enormes áreas protegidas. Os crimes de guerra têm de ser investigados e punidos. A nossa solidariedade com o povo ucraniano, martirizado por esta guerra iníqua, é inequívoca. O confronto entre a Rússia e os EUA, este secundado pela União Europeia (UE) e pela NATO, ameaça a segurança de nações e povos. A guerra quase faz esquecer a emergência climática que não desapareceu, antes se vai tornando irreversível, continua a destruir sistemas ecológicos e já se tornou o pano de fundo do nocivo produtivismo e a dar uma dimensão planetária à crise do capitalismo. Os fatores de instabilidade da globalização capitalista neoliberal agravaram-se, repercutem-se duramente nos povos e demonstram estarem a conduzir ao abismo.

2. A situação política mundial mudou. Na Europa foi prometido um futuro de paz, mas a ilusão caiu por terra com o fragor próprio de uma nova guerra. O mito da globalização, apresentado como uma interdependência com vantagens comparativas equilibradas, ruiu com a evidência das disputas entre blocos políticos, económicos e militares em plena afirmação, recorrendo a meios violentos de grande escala por zonas de influência e controlo. A guerra na Europa, tendo como palco o inadmissível ataque militar à Ucrânia, não é apenas um limitado conflito regional. Expressa o declínio da economia e do mundo unipolar dominado pelos EUA/NATO, que submeteu a Europa e militarizou os limites da fronteira com a Federação Russa, e da ascensão de potências hegemónicas a nível global em que, nesta fase, sobressaem os Estados da Rússia e da China. Em vez do estímulo a uma política de defesa da paz e do direito internacional, de respeito pelos direitos humanos e de promoção de todas as formas de

cooperação, de conjugação de objetivos para enfrentar a crise climática, o desemprego e a degradação das condições de vida das populações, o palco da guerra na Europa promove e incentiva uma nova corrida armamentista e uma política agressiva e militarista, em choque com a aspiração dos povos à paz e à segurança.

3. A lógica armamentista voltou a ganhar força na Europa. Esta lógica já é apresentada, sem pudor, pela corrente atlantista dominante na UE como um desígnio estratégico prioritário. É a lei do mais forte, da militarização do confronto entre blocos, da submissão aos interesses dos EUA e da respetiva conceção da defesa europeia no quadro da NATO, com a imposição do aumento das despesas militares sobre quaisquer outras despesas públicas. A resolução do Parlamento Europeu, aprovada por maioria no passado dia 1 de março, que apela à lógica do reforço militar da NATO na Europa de Leste e à corrida aos armamentos, devia ter sido rejeitada pelo Bloco. Esta lógica não evitou a guerra, precipitou-a. A nível nacional, para além da disponibilização de meios para a região enquadrados na NATO e do envio direto de armas para a Ucrânia, o ministro da Defesa aproveitou a boleia da guerra para reafirmar o consenso entre os governos do PS e do PSD, que transformou as Forças Armadas numa espécie de corpo expedicionário ao serviço das estratégias imperialistas da NATO e dos EUA, com o aumento do financiamento militar já nos próximos Orçamentos de Estado, que se fará inevitavelmente à custa do investimento no SNS, na habitação, na cultura ou nos direitos e rendimentos da maioria da população. A onda militarista, a pressão conservadora-neoliberal que agrava as desigualdades e a austeridade sobre os trabalhadores aproveitam a insegurança provocada nas populações pela guerra para fazerem caminho.

4. O espetro da austeridade adensa-se com o aumento generalizado dos preços provocado pela escassez de produtos, nomeadamente alimentares, a crise energética e a especulação. Cerca de uma semana após o início da guerra, os produtos petrolíferos já atingiam valores históricos máximos e o preço da eletricidade no Mibel batia um novo recorde em Portugal e Espanha. A erosão dos salários decorre do crescimento da inflação e da pressão da legislação laboral que favorece a precariedade, sobretudo dos mais jovens, condiciona a contratação coletiva e a atualização dos rendimentos do trabalho. As políticas públicas em Portugal não acompanharam, em muitos casos até agravaram, as dificuldades levantadas pela crise da pandemia que ainda subsiste e a pobreza voltou a aumentar. Mais 400 mil pessoas caíram abaixo do limiar da pobreza (menos de 60% do rendimento mediano), com aprofundamento do fosso entre ricos e pobres. As consequências económicas da guerra somam-se às da pandemia e provocam o agravamento da situação. O patronato português já anunciou o despedimento de um milhão e cem mil trabalhadores nos próximos anos. A incógnita sobre o comportamento do BCE torna o quadro do financiamento dos Estados potencialmente explosivo. A necessidade de uma forte intervenção pública para combater o empobrecimento não é compatível com a política que o governo PS, agora

com maioria absoluta, adotou para garantir o déficit sujeito ao anunciado regresso aos limites do PEC e à ortodoxia do serviço da dívida. Os setores mais vulneráveis da sociedade, os trabalhadores, a juventude presa na teia da precariedade e dos baixos salários, mulheres, minorias étnicas e imigrantes vão ser duramente atingidos pelo crescimento das desigualdades e do empobrecimento, numa economia fortemente dependente dos combustíveis fósseis. A necessidade de medidas de combate à especulação nos preços da energia e de bens essenciais coloca-se com urgência. O aumento de 6% este ano no Salário Mínimo Nacional (SMN) está a ser anulado por uma inflação que já era de 3% antes da guerra e que no final do 1º trimestre já se aproximava dos 6%. A atualização salarial prevista pelo Governo para a Função Pública situa-se em 0,9%, uma referência também para o setor privado, muito abaixo da inflação, o que determina uma perda dramática de poder de compra dos salários. Em contrapartida, as empresas do PSI 20 cotadas na Bolsa que, em plena crise pandémica, fecharam 2021 com lucros na ordem dos 3,5 mil milhões de euros e pagaram aos acionistas dividendos recorde, preparam-se para novo crescimento dos lucros à conta da especulação com os preços, da energia à alimentação. Não houve aumentos salariais no geral da cadeia de produção e distribuição à escala mundial, no entanto a inflação disparou, o que se traduz num crescimento dos superlucros especulativos. **Combater a carestia e o empobrecimento reclama forte mobilização social e a exigência de aumento dos salários que, no mínimo, acompanhe a inflação, o congelamento dos preços dos bens essenciais e exija a tributação dos lucros extraordinários e especulativos das grandes empresas da energia e da distribuição comercial.**

5. Um novo quadro político internacional e nacional exige novas soluções. O Bloco tem de desempenhar um papel central na mobilização popular para a resistência à austeridade e aos retrocessos sociais e ambientais. Responsáveis governamentais da UE já dão como certa a travagem nas medidas de transição energética, para proteger os lucros das empresas que utilizam combustíveis fósseis. O lóbi da energia nuclear também se agita e aproveita a Taxonomia Verde, aprovada pela Comissão Europeia, para se colocar como alternativa energética. A situação mudou, há um novo quadro político internacional e nacional, e a resposta do Bloco tem de considerar a nova situação, incorporar as lições da falta de ligação aos movimentos e às lutas sociais, de uma linha baseada na procura de acordos com o PS que conduziu a sucessivas derrotas eleitorais. É preciso urgentemente envolver todo o partido no debate sobre as respostas imediatas, não só nas instituições, mas sobretudo na defesa dos serviços públicos, nas lutas para alterar a legislação laboral e enfrentar os ataques aos direitos e aos rendimentos dos trabalhadores nos diversos setores, no público e no privado, na exigência de medidas urgentes de adaptação às alterações climáticas e de descarbonização da economia garantindo postos de trabalho, de defesa da descentralização participada e de combate às assimetrias territoriais. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no contexto do quadro financeiro plurianual 2021-2027, tem a pretensão de mascarar por algum tempo o declínio que a Moeda

Única está a impor aos países da periferia, como Portugal, manietados pelo colete de forças da União Económica e Monetária. Os interesses do setor privado comandam a aplicação dos fundos do PRR. O espaço para a despesa social é meramente residual, e o investimento na recuperação e valorização de ativos públicos é praticamente proibido, nomeadamente no SNS, nos transportes ou na transição energética que necessitam de uma estruturada intervenção pública. Compete à Convenção Nacional definir um novo rumo e uma alternativa política ao neoliberalismo num quadro de mudanças profundas catalisadas pela guerra na Europa.

O traço comum num ciclo de perda de influência política

6. As recentes eleições Legislativas de 30 de janeiro constituíram o culminar de um ciclo de eleições iniciado em 2019 em que o Bloco colocou como objetivo central, invariavelmente, constituir-se como parceiro privilegiado para uma maioria parlamentar de suporte à governação PS ou até parceiro de um governo enquadrado pelos tratados da UE. Os resultados são conhecidos: perdas eleitorais sucessivas, diminuição da representatividade e menores condições para a luta política de oposição, de apoio aos movimentos e de combate à direita e à extrema-direita. Esta sucessão de derrotas torna evidente que não podem ser assacadas responsabilidades apenas e de forma superficial a cada uma das conjunturas. Há um traço comum: a linha política de permanente apelo a uma aliança com o PS com diluição das bandeiras que foram essenciais na afirmação do Bloco.

7. O Bloco, que até à legislatura 2015-2019 procurou ligar-se a algumas das grandes lutas sociais e marcar com propostas que o identificavam, tornou-se cada vez mais orientado para a ação parlamentar e para intermináveis negociações de suporte a um governo que oscilava entre a direita e o chamado centro-esquerda. Para muitos eleitores havia a perceção de o Bloco fazer parte de uma coligação de governo, afastando-se das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Deixava de “correr por fora” e concentrava-se política e organizativamente, com a desvalorização das organizações locais bloquistas, degradação da democracia interna, da participação e da pluralidade, em “correr por dentro”, concretizando a linha de que as mudanças só são alcançáveis nas instituições e na estrita submissão às suas regras. A ideia de que assim deslocaria o PS para a esquerda e alcançaria melhorias para a população criou uma espécie de cultura “geringoncista” que diluiu a radicalidade identitária que fez crescer o Bloco, retirando acutilância às bandeiras políticas do Bloco e impedindo-o de polarizar à esquerda. O caso mais evidente foi o abandono das alterações à legislação laboral da troika como linha vermelha e condição necessária, reconhecidamente estruturante do profundo e crescente desequilíbrio entre trabalho e capital.

8. Votar contra o OE 2022 foi um passo insuficiente, uma vez que

toda a linha política era incoerente e ziguezagueante face à insistência no essencial da orientação que punha no centro da ação do BE um acordo para apoio à governação PS. Chegou a ser pedido ao PS, em plena batalha eleitoral, um “acordo forte” e um “acordo de legislatura a ser assinado dia 31 de janeiro” – sem qualquer suporte em linhas vermelhas bem definidas, sem apoios nos movimentos e nas lutas sociais. Neste quadro e após a clarificação de António Costa de que não queria fazer um acordo à esquerda, muitos eleitores de esquerda rejeitaram aquela linha contraditória. Equacionaram que se tudo se resumia a apoiar um governo de centro-esquerda, e perante a ameaça da extrema-direita, a opção mais lógica e que entenderam mais segura foi votar no que consideraram ser o centro-esquerda de facto. A insegurança nas vidas de largos sectores da população, o aumento da pobreza e das dificuldades de acesso a serviços públicos, agravaram este quadro que não teve resposta consistente à esquerda. A manobra defendida pelo secretariado nacional de que o Bloco teria de continuar a defender a “geringonça”, não se afirmar como oposição e fazer parte da viabilização do primeiro OE, pelo menos, para ganhar os eleitores do BE e só depois poder eventualmente confrontar o PS, demonstrou-se uma infantilidade tática e um erro de consequências graves.

9. Para as Legislativas antecipadas, o Bloco precisava de se ter preparado e ter sido, há muito, claro e frontal no seu projeto de sociedade, programa e política de alianças, com uma linha coerente com o chumbo dos OE’s, em vez de se ter deixado diluir num “geringoncismo” serôdio. Compromisso futuro exigiria definição e clarificação de linhas vermelhas: reversão das medidas anti laborais da legislação, aumentos dos salários e das pensões dignos, serviços públicos valorizados e um plano social para a transição energética – não aceitar perda de emprego e de direitos em nome de uma falsa descarbonização. Seriam as linhas vermelhas que confeririam identidade, recusavam o tacticismo, confrontavam o PS e a direita, e fortaleceriam o Bloco e a esquerda na resistência às pressões bipolarizadoras.

10. A capacidade explicativa para a derrota eleitoral baseada no voto contra o OE é, só por si, muito limitada. Repare-se que o PAN, que não votou contra o OE, não conseguiu evitar com isso perder metade dos eleitores e acabar reduzido a uma deputada. Se o essencial dependesse de um apoio à proposta de OE, o PAN teria tido um bom resultado eleitoral. O problema não foi rejeitar um OE, mas enfatizar como grande objetivo eleitoral conseguir um acordo com o mesmo partido que apresentou a proposta de OE que o Bloco tinha acabado de recusar. Os sinais foram contraditórios e a campanha não conseguiu responder à perplexidade e incompreensão criadas em amplos setores da população.

11. A bipolarização (artificializada) pressionou o voto útil, à esquerda e à direita, mas só teve efeitos críticos à esquerda. Não era inevitável que esse fenómeno tivesse de atingir tão duramente a esquerda, como não atingiu a direita. Nas legislativas de 2002 (Ferro Rodrigues vs. Durão Barroso) e de 2015 (Passos Coelho vs. António Costa), em que o chamado

voto útil exerceu forte pressão sobre os eleitores à esquerda e à direita, o Bloco resistiu e cresceu. Em 2015 obteve o melhor resultado de sempre. Agora, em 2022, não teve essa capacidade de resistir à bipolarização e perdeu 14 dos 19 deputados que tinha. A campanha do Bloco voltou a afundar-se na discussão sobre a reedição de um qualquer novo tipo de “geringonça” que tem vindo a potenciar a concentração de votos no PS, como os estudos de opinião já indicavam antes das sondagens que davam “empate técnico” entre PS e PSD.

12. Todos os objetivos eleitorais apontados pelo Bloco não foram alcançados: manter-se como 3º partido, impedir uma maioria absoluta do PS, derrotar a extrema-direita e conseguir sentar António Costa à mesa das negociações para um acordo de legislatura. A derrota eleitoral expôs a falência de uma linha política que propiciou a via de António Costa para capitalizar os louros da “geringonça”, alimentar a chantagem para secar a esquerda e conquistar a maioria absoluta que perseguia desde 2018. A derrota eleitoral à esquerda é o corolário de uma sucessão de perdas eleitorais ao longo do ciclo político iniciado em 2019. A explicação não pode ser encontrada apenas em fatores conjunturais e nas circunstâncias que envolveram cada ato eleitoral. Tal não seria um balanço sério. Também não se resolve com a demissão deste ou daquela dirigente. O problema é mais profundo e prende-se com a própria linha política que determinou a forma de comunicação e com a centralidade dada à ansiedade de concretizar um acordo com o PS para os próximos quatro anos. Estes fatores trouxeram a esquerda até esta nova derrota e não podem deixar de ser avaliados com profundidade, humildade e coragem, para uma necessária e inadiável mudança de rumo. Compete à Convenção Nacional fazê-lo, constituindo uma grave entorse à democracia interna poder considerar que uma Convenção é substituível por uma Conferência sem representação democrática e proporcional das propostas e sem capacidade deliberativa.

13. Não retirar consequências dos resultados eleitorais obtidos configura uma atitude de arrogância política inadmissível num partido de esquerda que pretende responder à vontade popular. É essencial retirar conclusões do ciclo de derrotas, ter uma atitude autocrítica que será popularmente valorizada e começar a construir um caminho de polarização à esquerda, porque quem não polariza perde sucessivamente. Um Bloco mobilizado na afirmação do seu programa e claro na definição das suas linhas vermelhas não significa qualquer atitude isolacionista. O que isolou e fragilizou a resistência à bipolarização foi o afunilamento do discurso nas alianças com o PS. Tudo isto foi sendo paulatinamente desvalorizado nos últimos anos, aproximadamente desde meados da legislatura 2015-2019 quando o Bloco optou por não confrontar o PS com o desafio de um caderno de encargos com novos objetivos até ao final da legislatura, quando começava a ser evidente que António Costa já preparava o golpe contra a esquerda. Em vez disso, a opção de então foi ir às Legislativas de 2019 com um programa único: uma nova aliança com o PS. Em 2022 repetiu-se. Os resultados desta linha são conhecidos.

14. As prioridades afirmam-se com determinação e não se submetem nem podem depender de acordos de governação. Ganham amplitude na defesa da dignidade das condições laborais e na exigência de revogação da legislação que as diminui, no reforço do investimento nos serviços públicos, em especial no depauperado SNS, na proposta de um serviço nacional de habitação pública que garanta transversalmente o direito à habitação e impeça os despejos de famílias sem alternativa habitacional, nas respostas à emergência climática sem prejudicar os direitos dos trabalhadores, na urgência da Regionalização como instrumento para a descentralização, aprofundamento da democracia com comunidades empoderadas, economias locais com circuitos curtos de produção e distribuição. A crítica à UE neoliberal não pode ficar subsumida nos apelos para alianças de maioria, desde logo a exigência da libertação do garrote da dívida e do sistema financeiro sobre a capacidade de aplicação dos recursos públicos.

15. Na previsão de quatros anos de maioria absoluta do PS, o Bloco deve assumir-se como oposição parlamentar influente, mobilizadora e não apenas fiscalizadora, tendo como objetivo principal deslocar a sua ação política para fora, exprimir anseios e reivindicações dos movimentos sociais, organizar a intervenção no movimento laboral, lutar por uma transição energética que diminua a emissão de GEE, promova a democratização da produção e o autoabastecimento de energia, a formação de comunidades energéticas locais, privilegie e apoie as agendas e iniciativas de base e locais.

16. O objetivo da construção de uma sociedade socialista e ecologicamente justa – ecossocialista – tem de ser desenvolvido e estar presente na comunicação do Bloco. Lutar por reivindicações imediatas é necessário, mas redutor e insuficiente. O Bloco deve apresentar-se como elemento-chave para uma alternativa à esquerda, enquadrada por um projeto de sociedade de superação do capitalismo, contra a exploração e todas as formas de desigualdade e discriminação, antirracista e anti neocolonial, pela igualdade e pela eliminação da violência doméstica e de género, defensora dos direitos LGBTQI+, que mobilize jovens, trabalhadores/as e todos os setores mais avançados nas lutas pela justiça social e ambiental.

Resgatar a pluralidade, a descentralização e a democracia interna para a mobilização participativa

17. O secretariado nacional optou pela realização de uma Conferência Nacional para discutir o “Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda”, o que denota que tem consciência de que os aderentes e militantes sentem a necessidade de alterar o rumo estratégico do partido para o que será necessário, obviamente, fazer previamente o balanço político do anterior “rumo estratégico”, ao contrário do que tem sido defendido pelo secretariado nacional, agarrando-se à justificação da brutal derrota eleitoral, antecedida das perdas eleitorais nas legislativas 2019, nas presidenciais e autárquicas de 2019, por razões circunstanciais.

18. A orientação política que conduziu o partido aos resultados de 30 de janeiro, reforçada pelas alterações no quadro político internacional e nacional e o agravamento da situação social, económica e ambiental, é razão para a necessidade de discutir o rumo estratégico do Bloco de Esquerda. Sem desvalorizar qualquer outra forma de debate prevista nos Estatutos, o “Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda” só poderá ser definido no âmbito de uma Convenção Nacional, na base de um processo de discussão organizado em todo o partido e de eleição democrática proporcional de delegados entre todas as moções que se apresentem para proporem a “Definição do Rumo Estratégico”. Quem alega que a Convenção vira o partido para dentro, está em contradição com a evidência do que se tem passado em convenções anteriores, onde sempre existe uma ampla comunicação das renovadas propostas do Bloco ao país e o seu reforço político junto da opinião pública. Torna-se insensato e temeroso considerar negativa a realização da maior reunião pública do Bloco, o órgão máximo da democracia bloquista.

19. A Conferência Nacional, por evidente incompatibilidade estatutária e democrática, não pode definir o novo rumo estratégico do Bloco. No entanto, pode e deve, a partir de um balanço político sério e de fundo, ser a rampa de lançamento da exigência fundamentada de que a necessária definição de um novo rumo venha a ser feita em instância própria, ou seja, a Convenção Nacional. Esse novo rumo deve incluir o resgate da pluralidade, da promoção da cooperação entre sensibilidades, da descentralização e do inteiro respeito pelos órgãos estatutários, dos núcleos à comissão política, do trabalho de enraizamento na base e da democracia que torne a vida interna do Bloco mobilizadora e inspiradora, expurgada de intriga, ataques pessoais e exclusões. A usurpação das funções da comissão política pelo secretariado nacional – que não é um órgão estatutário e por isso não se obriga a ser representativo da pluralidade da Comissão Política e da Mesa Nacional – é um grave sintoma da democracia limitada que se verifica no Bloco.

20. O Bloco corre o risco de ver todo o seu importantíssimo património político, cultural e moral ser alienado com a continuidade da política de aproximação ao PS numa estratégia de participação, agora a mais longo prazo do que em 2015, num governo neoliberal de fachada social-democrata, sujeito aos tratados da UE, em vez de reforçar a capacidade do Bloco para contribuir para o desenvolvimento do movimento social e da luta dos trabalhadores com a finalidade de promover uma profunda alteração do quadro político e a afirmação dum projeto popular ecosocialista. Os tempos que se seguem vão ser de luta não só contra a maioria PS e a guerra imperialista, mas, e por isso mesmo, pela recondução do Bloco à sua matriz fundadora.

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

Para serem debatidas e votadas na Conferência, as propostas de alteração têm de ser subscritas por 5 conferencistas e entregues na Mesa até às 12h00.

VOTO 1

Vítor Ruivo

"2. SOB PRESSÃO PARA UMA NOVA GUERRA FRIA

"Acrescentar dois parágrafos no final – "Face a esta nova situação, o Bloco de Esquerda reafirma a sua posição de saída de Portugal da NATO. Ao contrário da actual campanha mediática de subordinação dos povos europeus à hegemonia americana e à NATO, mantém a sua posição favorável à dissolução desta organização militarista, como meio indispensável para travar o actual rumo belicista e para um efectivo caminho de resolução pacífica dos conflitos interestatais. Neste sentido, procurará animar a ampliação no nosso país e no mundo de um movimento internacionalista, independente das grandes potências e dos imperialismos, que dê força à luta pela Paz, contra as guerras e invasões, pelo desarmamento e pela redução dos gastos militares nos diferentes países".

VOTO 2

Vítor Ruivo

"3. O PESADELO DA "ESTAGFLAÇÃO" E A RESPOSTA ERRADA DA EUROPA LIBERAL

4º parágrafo – Ao período: "Enquanto isso, países como Portugal prosseguem a exportação de armamento para regimes que, nesses outros conflitos, comentem atrocidades.", acrescentar: "Esta exportação, bem como a venda de armamento de guerra em geral, deve terminar."

VOTO 3

Vítor Ruivo

"3. O PESADELO DA "ESTAGFLAÇÃO" E A RESPOSTA ERRADA DA EUROPA LIBERAL

5º parágrafo – Substituir a expressão “não parece ocupar o centro...”, por “não ocupa...”.

VOTO 4

Vítor Ruivo

“4. DA GERINGONÇA À OPOSIÇÃO, SEM ARREPENDIMENTOS

Proposta de novo parágrafo a seguir ao penúltimo parágrafo: “No que respeita ao Bloco, essa experiência mostra que nos períodos em que estas lutas ainda não sejam maioritárias, mas permitam negociações com governos sociais-liberais ou outros, com vista à possível viabilização orçamental, como foi durante a chamada geringonça, é indispensável manter vivos na opinião pública os principais objectivos e propostas do projecto próprio do Bloco para a emancipação e a soberania do povo português.”

VOTO 5

Nuno Pinheiro

“Propõe-se a criação de uma escola, que seja uma estrutura ligeira e descentralizada, com custos próximos de zero. Uma vez que esta conferência não pode alterar estatutos, esta deve ser formalizada na próxima convenção.

Para a sua concretização cada distrito deve fazer um levantamento das necessidades de formação e nomear um(a) ou dois camaradas (nos distritos maiores) para assegurar a sua coordenação. ”